

O TEXTO TEATRAL CENSURADO: MECANISMOS DE INTERPRETAÇÃO

Williane Silva Corôa¹
Rosa Borges dos Santos²

Resumo: *Os textos teatrais produzidos na Bahia no período da ditadura militar revelam vários aspectos da vida social e cultural do período em questão. Propõe-se neste artigo, discutir alguns mecanismos para a interpretação dos textos, observando como esses recursos se relacionam, oferecendo diversas leituras filológicas para esses textos. A análise dos textos editados, em perspectiva hermenêutica, contribui para discutir a representação do teatro e da censura, considerando-se o contexto sócio-histórico no qual tais textos se inscrevem.*

Palavras-chave: Texto teatral; Interpretação; Contexto; Silêncio; Memória

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho tem por objetivo apresentar algumas reflexões sobre os mecanismos para a interpretação de textos teatrais censurados. Pretende-se, então, discorrer sobre o tema aqui proposto, amparando as observações a partir dos pressupostos teóricos da Crítica Textual e dos conceitos de contexto, silêncio e memória, importantes para o maior entendimento dos textos. Assim, através da recuperação do texto e de sua interpretação, far-se-á uma leitura do que representou o teatro como veículo de cultura, de valores sociais, ideológicos, etc., em época de ditadura militar na Bahia.

O trabalho que ora se apresenta deriva dos estudos realizados no Projeto de Pesquisa *Edição e estudos de textos teatrais censurados no período da ditadura militar*, desenvolvido pela Profa. Dra. Rosa Borges dos Santos, à época, na Universidade do Estado da Bahia, ao qual se agregava o Plano de Trabalho, de responsabilidade de Williane Corôa, como bolsista de Iniciação Científica, e da pesquisa que se realiza no Mestrado Letras, do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura da Universidade Federal da Bahia.

2. O TEXTO COMO OBJETO DE DIVERSAS CIÊNCIAS

Considerada uma ciência árdua, a linguística comporta orientações múltiplas. Sua relação com o campo dos estudos literários ampliou ainda mais suas perspectivas de estudo. De acordo com Valency (1997), três linguistas tiveram um papel fundamental no desenvolvimento dos estudos do texto, a saber: Ferdinand de Saussure, Roman Jakobson e Émile Benveniste, para os quais se resume, a seguir, a posição de Valency (1997, p. 184).

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura da Universidade Federal da Bahia. E-mail: willlicoroe@yahoo.com.br – Autora.

2 Professora Adjunta do Departamento de Fundamentos para o Estudo das Letras do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenadora do Grupo de Edição e Estudo de Textos Teatrais Censurados na Bahia. Professora Orientadora. E-mail: borgesrosa6@yahoo.com.br.

Ferdinand de Saussure cria a teoria dos signos, que fundamenta os estudos sobre o texto como estrutura autônoma, lançando bases para o desenvolvimento da Semiologia. Fundador do estruturalismo, Saussure propõe que esta corrente analise a obra sem se preocupar com o autor, prendendo-se somente a estrutura da obra. Para tanto, exclui do seu sistema teórico: a História, o referente e o sujeito.

Roman Jakobson, ao lado dos formalistas russos, em seus estudos sobre o texto, define o conceito de literariedade, pondo a Estilística em primeiro lugar e deixando a História de lado, pois para esses estudiosos o meio histórico desaparece, enquanto a função poética permanece. Para entender o que é a literariedade, os formalistas trabalham com a repetição e a entonação como procedimentos de construção narrativa.

Émile Benveniste insere a noção de sujeito aos estudos do texto, base de sua concepção de linguagem. Seus estudos desembocam na interlocução, nos gêneros definidos pela sua relação com o discurso. Foi com a contribuição de Benveniste que se inseriram mudanças significativas na perspectiva do estudo do texto.

Deixou-se de ver a língua como lugar de representação apenas de significados objetivos, para considerá-la como meio convencional de agir no mundo; passou-se a considerar a linguagem, por natureza, como um instrumento de argumentação e de interação e não somente de informação; concebeu-se o texto (ou o discurso) e não mais a frase como unidade de sentido, tomando-o como o objeto dos estudos lingüísticos e condicionando a descrição das frases ao exame satisfatório dos mecanismos de organização textual; colocou-se a intersubjetividade como anterior à subjetividade, ou seja, a relação entre interlocutores não apenas funda a linguagem e dá sentido ao texto, como também constrói os próprios sujeitos produtores do texto; caracterizou-se o discurso como lugar ao mesmo tempo do social e do individual; definiu-se a linguagem pelo dialogismo em suas duas acepções, a do diálogo entre interlocutores e a do diálogo que cada texto mantém com outros textos (BARROS, 1999, p. 184-5).

As mudanças promovidas por Benveniste inserem-se no quadro que dá origem as teorias enunciativas que se preocupam com a organização global do texto e examinam as relações entre discurso, enunciação e fatores sócio-históricos. O texto, assim, firma-se como um *locus criticus*, um campo que possibilita a prática de estudos de caráter transdisciplinar. Disciplinas como Linguística Textual, Análise do Discurso, Retórica, Crítica Textual, Semiótica, Pragmática, entre outras têm o texto como objeto de análise. As perspectivas de análise dessas disciplinas promovem explicações diferentes, embora seja interessante instigar o leitor, antecipando que se podem explorar certos pontos de convergência, no que diz respeito ao tratamento dado ao texto.

A Crítica Textual, enquanto ciência do texto, ocupa-se deste enquanto fragmento de língua escrita, ou seja, como conjunto de expressões que a escrita fixou sob diferentes formas. O texto, para esta disciplina,

é o testemunho, materializado em determinado suporte, de uma época, de uma sociedade, de uma região, que, enquanto documento, é a prova que se tem dos fatos que marcaram dada sociedade, por exemplo, e, enquanto monumento, transmite a outros a memória. Assim, tudo aquilo que está fixado no documento escrito deve falar por si e dar os subsídios para sua interpretação. Ao filólogo

cabe então, além de salvaguardar o patrimônio escrito, artístico e cultural, agir na recuperação, restauração, conservação e edição de textos (testemunhos-documentos-monumentos). Não se trata de armazenar documentos, mas de propor novos sentidos, novas leituras, novas formas de ver o mundo (SANTOS, 2008, p. 89-90).

A Crítica Textual, portanto, considera em suas abordagens a pluralidade própria dos textos, analisando-os enquanto produto e processo. O texto é assim, para essa disciplina, ao mesmo tempo, social e individual. Para as suas análises, observa-se como o contexto no qual tal texto se inscreve, os silêncios e a memória auxiliam na construção de sentidos, ou seja, na interpretação.

2. MECANISMOS PARA A INTERPRETAÇÃO TEXTUAL

Entendendo que os “gestos de interpretação” são marcados pelo contexto, pelos silêncios e pela memória, definem-se aqui tais conceitos, para que se possa passar à interpretação.

O contexto é a relação entre o texto e a situação em que ele ocorre; é ainda o conjunto de circunstâncias em que se produz a mensagem e que permite sua correta compreensão. No âmbito da Linguística, contexto designa tanto as palavras que pertencem a um determinado enunciado como a realidade a que as palavras se referem. Na análise de um texto literário, diz respeito à realidade sócio-histórico-cultural em que a ação se insere.

Para a Filologia (Crítica Textual), “partindo-se da premissa de que o texto é uma construção social, um produto e, ao mesmo tempo, produtor de cultura” (SANTOS, 2008, p. 74), busca-se investigar o contexto sócio-histórico no qual o sujeito-escriptor está inserido, através da análise de suas escolhas. Busca-se, portanto, analisar as obras, identificando o contexto sócio-histórico no qual estão inseridas, pois, para Cândido (2006, p.9),

[...] só podemos entender [a obra] fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatos externos, quanto o outro, norteado pela convicção de que a estrutura é independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo. Sabemos ainda que o externo, no caso o social, importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno.

Assim como o contexto e a materialidade do texto, através da palavra, são importantes para a interpretação, o silêncio também o é. Segundo Eni Orlandi (2004) muitas são as formas de silêncio. O silêncio pode significar exclusão, forma de dominação, ou pode representar uma forma de resistência. Os dois casos de silêncio produzem uma ruptura desejada por ambos os lados, do opressor e do oprimido. Segundo Burke (2000), para entender os mecanismos de memória social, deve-se examinar a organização social do esquecer, que pode ser ditada pela exclusão, supressão ou repressão, própria do período ditatorial. Silêncio e memória, portanto, se relacionam.

A memória é o lugar de construção dos sentidos, determinando o que “pode” e “deve” ser dito, a partir de uma posição numa dada conjuntura. A memória possibilita, por um lado, a

circulação de formulações anteriores e, por outro, o surgimento, a rejeição e a modificação de enunciados historicamente contíguos. A memória é também testemunho, materializado em determinado suporte, de uma produção cultural de uma dada sociedade.

3. O TEXTO TEATRAL CENSURADO: AUTOR, LEITOR E INTERPRETAÇÕES

Aliando-se esses três mecanismos – contexto, silêncios e memória –, fundamentais para a compreensão do texto, observam-se as relações entre autor e leitor na construção das interpretações. O texto dramático, objeto de investigação e de interpretação, distingue-se dos demais, poemas, romances, folhetos.

O texto teatral apresenta características próprias: é pensado e escrito como texto para a representação; o autor desaparece, cedendo voz a suas personagens, que serão interpretadas por atores. As marcas autorais e não autorais que podem aparecer no processo de criação do texto teatral são importantes, pois, podem representar estágios de gênese textual, além de esclarecer questões inerentes ao texto.

É comum, no teatro, a existência de um texto escrito proposto com vistas a uma encenação. Esse texto enquanto representativo do fazer artístico segue a mesma trilha de labor textual que qualquer outro gênero literário. Porém, dependendo das situações às quais tais textos sejam expostos, verifica-se que este tende a mudar. Quaisquer modificações na materialidade do texto, por menores que sejam, correspondem a diferentes interpretações, diferentes posições do sujeito, diferentes análises do contexto, diferentes recortes de memória, enfim, diferentes sentidos. Nesse sentido, “o texto ‘original’ é uma ficção, [...] é uma função da historicidade. São sempre vários, desde sua ‘origem’, os textos possíveis num mesmo texto” (ORLANDI, 2004. P.14).

Nesta perspectiva, a função-autor perde sentido, pois fica difícil dizer quem seria o “autor” do texto. O que faz de um indivíduo um autor é o fato de, através de seu nome, delimitar, recortar e caracterizar os textos que lhes são atribuídos. Como fazer isso em um texto escrito a várias mãos? Se a função-autor não é a mesma, pois, questiona-se a autoria, também não são os mesmos os modos de interpretação. Dessa forma, um interlocutor precisa se esforçar para seguir as pistas deixadas pelo produtor do texto e assim recuperar o sentido, visto como já-dado um sentido preso ao texto. De acordo com Barthes (2004, *on line*)

um texto é feito de escritas múltiplas, saídas de várias culturas e que entram umas com as outras em diálogo, em paródia, em contestação; mas há um lugar em que essa multiplicidade se reúne, e esse lugar não é o autor, como se tem dito até aqui, é o leitor: o leitor é o espaço exato em que se inscrevem, sem que nenhuma se perca, todas as citações de que uma escrita é feita; a unidade de um texto não está na sua origem, mas no seu destino.

O leitor, entidade psicossocial, que se constitui na interação com o outro, define sua interpretação a partir das sinalizações que o texto lhe oferece, procedendo, assim, a construção de sentidos. O título da obra, a investigação do contexto em que tal texto foi escrito, os vazios e os cheios da escrita, as indicações cênicas, a maneira como as partes se articulam, o modo como se distribuem os discursos, tudo isso auxilia o leitor na busca pela interpretação do texto.

A interpretação ocorre porque o texto é marcado pela incompletude. Para Orlandi (2004, p. 18) “a interpretação é o vestígio do possível”. Para que se possa interpretar um texto, é preciso interrogar o texto, saber quem o escreveu, quando o escreveu, quais as condições de produção dessa escrita, qual a visão de mundo que aquele texto permite conhecer.

Plenos de peculiaridades, os textos teatrais, ao passarem pelo crivo da censura ganham contornos ainda mais específicos. Como usar tais textos como instrumentos para desvendar a cultura da época, os fatos históricos, se esses textos estão marcados pelo esvaziamento de sentido, pois os sentidos possíveis desse período foram politicamente silenciados através da censura e do uso da força? Somente a análise do contexto em que tais textos foram produzidos pode dar os subsídios para sua interpretação. Segundo Orlandi (2007, p. 65),

[...] o que acontece com os sentidos de 68 é que eles não falham apenas na memória, eles foram silenciados, censurados, excluídos para que não haja um já dito, um significado construído nessa memória de tal modo que isso tornasse, a partir daí, outros sentidos possíveis.

Assim, a interpretação se constrói a partir das pistas que os textos apresentam através dos conhecimentos que podem ser ativados por ocasião do processamento da atividade interacional e também a partir do conhecimento do contexto sócio-histórico-cultural. Chegar à interpretação do texto deve ser o objetivo maior de todos os que trabalham com as teorias do texto, efetivamente, do crítico textual.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A noção de texto foi modificada no decurso dos séculos. Essas modificações apontam para novas e diversas abordagens. Aliar essas diferentes abordagens é difícil, porém, as distintas teorias do texto, podem explorar suas intersecções para que suas leituras (todo gesto de interpretação é uma leitura) possam se ampliar.

Através de investigação, interpretação e edição de textos dramáticos produzidos e censurados na época da ditadura militar na Bahia, pode-se (res)significar conhecimentos a respeito de valores sociais, morais e culturais da sociedade daquela época, bem como analisar o que representou a ditadura e suas consequências para a produção dramática baiana.

REFERÊNCIAS

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Estudos do texto e do discurso no Brasil. In: **D.E.L.T.A** Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada. São Paulo: 1999, v. 15, n. especial, p. 183-199. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141995000100015&script=sci_arttext>. Acesso em: 12 dez. 2009.

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: **O Rumor da Língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. Disponível em: <<http://www.eulalia.kit.net/textos/barthes.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2010.

BURKE, Peter. **Variiedades de história cultural**. Tradução Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ORLANDI, Eni. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Tradução José Horta Nunes. 2. ed. Campinas: Pontes, 2007.

ORLANDI, Eni. **Interpretação: autoria e efeitos do trabalho simbólico**. 4 ed. Campinas: Pontes, 2004.

SANTOS, Rosa Borges dos. O Texto como documento social e histórico: por uma análise filológica. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, 12., 2008, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: CiFEFil, 2008. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xiicnlf/textos_completos>. Acesso em: 07 nov. 2008.

SANTOS, Rosa Borges dos. Texto e memória: edição e estudos de textos teatrais. In: **textos, produção e edição**. Rio de Janeiro: CIFEFIL, 2007, v. 9, n. 6, p. 88-102. Disponível em: <www.filologia.org.br/xicnfl/6/texto_e_memoria_edicao_e_estudo_de_texto.pdf>. Acesso em: 11 set. 2008.

VALENCY, Gisele. A crítica Textual. In: BERGEZ, Daniel et al. **Métodos críticos para a análise literária**. Tradução Olinda Maria Rodrigues Prata. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 183-223.